

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone 002511-115 517 700

website : www.au.int

CONFERÊNCIA DA UNIÃO

Vigésima-Terceira Sessão Ordinária

26 - 27 de Junho de 2014

Malabo, GUINÉ EQUATORIAL

Assembly/AU/2(XXIII)

Original: Inglês

**DOCUMENTO DE SÍNTESE SOBRE O TEMA “AGRICULTURA E
SEGURANÇA ALIMENTAR:**

***“TRANSFORMAR A AGRICULTURA AFRICANA PARA A
PROSPERIDADE COMUM E UMA VIDA MELHOR ATRAVÉS DO
APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO
INCLUSIVO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”***

Documento de síntese sobre o Tema da Agricultura e Segurança Alimentar:***“Transformar a Agricultura Africana para a Prosperidade Comum e uma Vida Melhor Através do Aproveitamento de Oportunidades de Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável”*****I. INTRODUÇÃO****1.1. O Documento de Síntese**

1. O presente documento de síntese sobre o tema: *“Transformar a Agricultura Africana para a Prosperidade Comum e uma Vida Melhor através do Aproveitamento de Oportunidades de Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável”* absorve o pensamento, o diagnóstico, os objectivos e planos colectivos recorrentes relacionados com a Agricultura em África, tal como propostos pelos praticantes e partes envolvidas na agricultura e no desenvolvimento rural em África, com a colaboração de um grande número de parceiros. Baseia-se em contribuições provenientes de uma série de extensas consultas levadas a cabo pela Comissão da União Africana (CUA) e a Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD (NPCA) com as principais partes interessadas, incluindo Estados Membros, agricultores, organizações das mulheres e juvenis, parceiros do desenvolvimento e técnicos do continente e não só, visando rever e delinear estratégias e objectivos, acções e metas para a próxima década, como parte da *Consolidação da Dinâmica do CAADP* e da comemoração do “Ano da Agricultura e da Segurança Alimentar” assinalando o 10º aniversário da Programa integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).

2. Começando com as consultas iniciais no âmbito do “*CAADP Dez Anos Decorridos: O diálogo para melhorar a Implementação, Coordenação e Harmonização com os Planos Nacionais de Investimento Agrícola (NAIPS)*” efectuado no seio da CUA, em Adis Abeba, Etiópia, de 11-13 de Fevereiro de 2014, prosseguindo no decurso da *10ª reunião da Plataforma de Parceria do CAADP, realizada em Durban, África do Sul, de 19-22 de Março de 2014* e culminando na *Conferência Conjunta da UA dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquacultura*, efectuada na CUA, em Adis Abeba, Etiópia, de 28 de Abril a 2 de Maio de 2014. Durante estas concertações, as partes interessadas reflectiram sobre os progressos e identificaram, baseados nas lições adquiridas até à presente data, nos objectivos, acções e metas com os quais a África e seus principais parceiros devem comprometer-se a alcançar nos próximos dez anos. As principais conclusões emanadas dessas reuniões são:

- a) CAADP 10 Anos Decorridos: Diálogo para Melhorar a Implementação, Coordenação e Harmonização com os Planos Nacionais de Investimento

Agrícola (NAIPS): Os dois resultados chave são um Relatório Síntese e um Relatório Técnico.

- b) A 10ª Reunião da CAADP PP: os principais resultados são: (i) o 10º Comunicado da CAADP PP; (ii) os relatórios de Nove sessões de Trabalho sobre as áreas de intervenção; e (iii) os documentos de síntese de nove sessões de trabalho sobre essas áreas de intervenção, que forneceram informações sobre a preparação de documentos de suporte relativos aos cinco subtemas que fazem parte de 2014, Ano da Agricultura e Segurança Alimentar.
- c) A Conferência Conjunta da UA dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquacultura: o resultado principal é o Relatório Ministerial, incluindo uma Resolução, que também resume os sete Objectivos do Crescimento e da Transformação Acelerada da Agricultura em África, a serem alcançados até 2025 (3AGTGs 2025), como recomendações a submeter-se à consideração da Conferência da UA.

1.2. A ligação ao Quadro de Resultados do CAADP

3. Orientando-se pelo *Quadro Sustentado de Resultados do CAADP 2015-2025*, para a transformação da agricultura na próxima década e inspirando-se na declaração da Cimeira da UA no sentido de 2014 constituir o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar, a CUA lidera a comemoração desse ano com o tema “*Transformar a agricultura para a prosperidade comum e a melhoria da qualidade de vida, através do aproveitamento de oportunidades de crescimento agrícola inclusivo e desenvolvimento sustentável*”. As concertações com as partes interessadas baseiam-se nos seguintes cinco subtemas, que também correspondem ao Nível 2 do Quadro de Resultados do CAADP:

- i) Transformação Agrícola para o crescimento acelerado (produção e produtividade);
- ii) Aproveitamento dos mercados e das oportunidades comerciais;
- iii) Reforço do financiamento ao investimento na agricultura;
- iv) Segurança Alimentar e Nutrição: acabar com a fome e a desnutrição em África; e
- v) Fortalecimento da Resiliência da agricultura Africana aos choques da alteração climática e outras catástrofes naturais.

4. Para aprofundar o compromisso das partes interessadas e ampliar o alcance dos debates, as áreas sub-temáticas foram distribuídas em cerca de nove domínios de

intervenção¹, e os relatórios consolidados dos cinco subtemas formam a base deste Documento de síntese, que se espera seja uma contribuição importante para a Conferência Conjunta dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquacultura e mais tarde para o debate da Cimeira da UA no decorrer da Vigésima – Terceira Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA, prevista para 26-27 de Junho de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, cuja finalidade é facilitar o diálogo político de alto nível sobre os objectivos, metas e acções conjuntas bem como demonstrar os compromissos dos Chefes de Estado e Governo para com o apoio e o engajamento persistentes na transformação agrícola para a próxima década, através do Quadro de Resultados do CAADP.

1.3. Alcance e Abrangência do Documento.

5. Sendo um resumo dos resultados finais dos nove domínios de intervenção e especialmente dos cinco documentos sub-temáticos produzidos a partir daqueles resultados, o actual documento de síntese estabelece o quadro e as dimensões dos objectivos, acções e metas concernentes às intervenções na agricultura africana e áreas afins ao longo da próxima década. Assim, o documento centra-se em como a implementação de várias medidas substanciais para o melhoramento da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e aquacultura se conjugarão para impulsionar as inovações e tecnologias necessárias e transformar a agricultura a favor da produção e produtividade fortalecidas e do crescimento acelerado dos países africanos.

II. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ÁFRICA: UMA SINOPSE

2.1 Desempenho Actual

6. O sector agrícola tem um papel central nas economias africanas já que representa mais de um-terço do produto interno bruto e das receitas de exportação, e emprega mais de 60 por cento da população do continente. Como tal, este é um sector chave para o crescimento económico, a redução da pobreza e a segurança alimentar e nutricional. Contudo, apesar da forte recuperação económica africana durante mais de uma década, o crescimento agrícola anual na maioria dos países é ainda inferior à meta anual de 6 por cento traçada pelo CAADP. A produção pesqueira estagnou, apesar da aquacultura ter aumentado significativamente, embora somente em alguns países e a partir de um nível muito baixo. Incentivado pelo elevado crescimento populacional, rápida urbanização e aumento de rendimentos, a demanda alimentar regional continua a ultrapassar a oferta interna e o comércio intra-regional de produtos

¹ Os nove domínios de intervenção são: 1) Agenda científica para a agricultura, educação e desenvolvimento de habilidades; (ii) contribuições sobre a agricultura; (iii) Terras e política fundiária; (iv) Infra-estrutura Rural, Acesso ao Mercado, Comércio e Integração Regional; (v) Segurança Alimentar e nutrição; (vi) Sector Público-Privado Engajamento e Financiamento de Investimentos; (vii) Agricultura e Alteração Climática com relação à Resiliência e Gestão de Riscos; (viii) Dados, Monitorização & Avaliação e Responsabilidade Mútua; e (ix) Políticas institucionais.

alimentares (incluindo as provisões integradas no fluxo informal transfronteiriço) permanece inferior a 20%. Como resultado, as despesas de importação alimentar continental aumentaram para aproximadamente 70 mil milhões de dólares ao ano, enquanto o Banco Mundial projecta um rápido crescimento do mercado alimentar urbano africano, a exceder os 400 mil milhões de dólares americanos até 2030. A agricultura africana tem que modernizar-se, tornar-se mais produtiva e competitiva, gerar mais valor acrescentado localmente, para satisfazer as demandas em termos de crescimento acelerado tanto no mercado continental como nos estrangeiros.

2.2 Problemas e Desafios

7. O crescimento insatisfatório do sector agrícola é atribuído a uma série de factores, incluindo o fraco uso de componentes (inputs) melhorados e outras tecnologias, e leva à baixa produtividade e baixo lucro ao nível da lavoura, enquanto, como já se disse, a elevada taxa de aumento populacional e a crescente urbanização colocam pressão sobre demanda alimentar, provocando níveis crescentes de pobreza, insegurança alimentar e desnutrição. Os seguintes tópicos escolhidos para os cinco documentos subtemáticos correctamente identificam os desafios que no presente e na próxima década a África enfrenta:

- Transformação Agrícola para a Aceleração do Crescimento através do Fortalecimento da Produção e da Produtividade;
- Aproveitamento dos Mercados Agrícolas, Infra-estruturas e Oportunidades de Comércio;
- Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fortalecimento da Resiliência da Agricultura Africana à Alteração Climática e outras catástrofes naturais e Gestão de Riscos;
- Fortalecimento da Parceria do Sector Público-Privado e Financiamento do Investimento na Agricultura Africana.

8. Em aditamento, as questões transversais do género, juventude, pequenos agricultores e ambientais assumem relevância e importância em todos os subtemas a serem tratados.

III. A AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ÁFRICA – OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 Aumento da Produção, Produtividade e Valor Acrescentado na Agricultura

3.1.1 Situação

9. Estudos recentes indicam que a produção agrícola aumentou globalmente em África no decorrer da última década, enquanto as áreas cultivadas e o número de animais também aumentaram proporcionalmente indicando falta de progresso no que toca ao aumento da produtividade. Além disso, os produtos da pesca estagnaram-se e em alguns casos diminuíram. A produção agrícola pode aumentar seja através da (i) expansão da área cultivada (ii) aumentando os rendimentos. Além disso, a opção viável pelo incremento do principal rendimento das populações rurais cujas terras disponíveis são limitadas é mudar a composição dos produtos para os de maior -valia.

10. Aumentar a produtividade agrícola requer desenvolvimento e utilização de tecnologias e componentes adequados (e.g. água mediante irrigação, sementes melhoradas e melhores materiais brutos, fertilizantes, pesticidas) conjugados com a aplicação correcta de inovações (e.g. Gestão Integrada de Pragas e Nutrientes). Aumentar a produção e a produtividade agrícolas requer não só tecnologias apropriadas ou mais áreas cultivadas, mas também políticas sensíveis para incentivar os agricultores a adoptar tecnologias e melhorar as práticas agrárias. Assim, o aumento da produtividade agrícola depende não só da melhor eficiência dos meios de produção, como através da adopção de tecnologias e práticas modernas ou aperfeiçoadas, mas também depende incontornavelmente de muitos outros factores tais como o acesso adequado aos meios de produção, mercados e infra-estruturas em bom funcionamento e um ambiente político favorável (e.g., políticas macroeconómicas estáveis).

11. A educação e as habilidades são muito importantes na transformação no sector em África. A melhoria da aprendizagem e do conhecimento técnico é factor chave para que a agricultura contribua para o desenvolvimento económico.

12. Estatísticas recentes sobre a situação da agricultura africana indicam que:

- As terras irrigadas, em termos de potencialidade, só correspondem a **7 por cento**, o que é uma proporção baixa comparativamente com a Ásia do Leste e Sudeste, com 29 e 41 por cento, respectivamente;
- As áreas agrícolas alimentadas pelas chuvas constituem cerca de 90% do total das terras aráveis;
- O uso de fertilizantes na África ao Sul do Sahara cobre **13 kg/hectares**— (i.e., 7 por cento da media da Ásia do Leste; **73 kg** na África do Norte).

Estas cifras sugerem que o nível de uso de fertilizantes em África é inferior aos de outras regiões do mundo em desenvolvimento tais como a Ásia do Sudeste. Igualmente, as áreas irrigadas relativamente ao potencial são inferiores em África comparativamente com a Ásia. Os recursos hídricos não estão suficientemente explorados a favor da agricultura em África mediante a irrigação para que tenha um impacto significativo na produção e produtividade. A utilização de recursos humanos na agricultura é ainda muito elevada, quando estudos já demonstraram que o uso de tecnologias e inovações apropriadas neste sector pode contribuir significativamente para elevar a produção e a produtividade agrícolas.

13. O aumento da produção agrícola consegue-se melhor através da intensificação de uma agricultura que crie excedentes direccionados para as zonas urbanas, limite o êxodo rural e diminua os custos de produção, aumentando os rendimentos individuais e minimizando a expansão das terras cultivadas. Mas essa intensificação tem que ser sustentável. A agricultura intensiva sustentável deve assegurar o uso conservador dos componentes tradicionais, fertilizantes, pesticidas, variedades melhoradas de sementes, e produtos veterinários, etc., bem como os incentivos à implementação de práticas intensivas baseadas em técnicas sustentáveis (práticas de conservação, plantas companheiras, estrume animal e correctores orgânicos, controlo biológico de pragas) e o investimento em equipamento para aumentar a produtividade. Orientações no sentido de se alcançar estes objectivos vêm surgindo: promoção do uso controlado dos componentes (fertilizantes, produtos pesticidas, melhores sementes) e técnicas agro-ambientais para gerir os níveis de fertilidade do solo e reforçar a produtividade (estrume orgânico, técnicas de combate à erosão pela chuva e vento, etc.).

14. Contudo, há enormes desafios relacionados com a obtenção dos objectivos supra citados, nomeadamente como reduzir os riscos desfavoráveis à produção e o rendimento agrícola, capacitar a agricultura familiar, incluindo as pequenas propriedades, investir primeiro na modernização e intensificação das suas práticas, e segundo, melhorar o funcionamento dos mercados, inter alia, combatendo a volatilidade dos preços. Garantir o acesso às terras e sua transferência é também um desafio partilhado com numerosas implicações no encorajamento de estratégias de investimento e intensificação. Atenção particular é atribuída aqui ao papel da ciência, promoção de práticas de cultivo sustentado, fortalecimento do uso de componentes e posse de terra segura para estimular o investimento e a adopção de inovações.

15. Evidências recentes indicam que a incorporação de princípios científicos de gestão do ecossistema nas práticas agrícolas pode aumentar o cultivo através do rendimento. Mas a intensificação sistemática encerra uma série de factores que têm de ser resolvidos simultaneamente: componentes ecológicos; componentes genéticos, e socioeconómicos – cada um igualmente importante, devendo ser utilizadas harmoniosamente para se alcançar a mudança de paradigma. Uma olhada nos três factores chave da produtividade provará isso.

3.1.2 Desenvolvimento de tecnologias através de Agenda Científica, Educação e Habilidades

16. A ciência é vital no desenvolvimento da agricultura africana. O seu papel no aumento da produtividade, competitividade e acesso ao mercado agrícola continental é demasiado importante para que seja delegado e os líderes africanos devem investir o máximo dos seus recursos em iniciativas de Investigação & Desenvolvimento. Além disso, África é a cesta alimentar futura do mundo, sendo essa a razão pela qual a Agenda Científica para a Agricultura no Continente (S3A) tem a visão de que *Até 2030 África estará segura em alimentos e nutrição, será um actor científico global e a “cesta alimentar mundial”*. É necessário integrar a ciência e sua aplicação à agricultura nas escolas e instituições de ensino superior. A aplicação científica deve basear-se e integrar plenamente os sistemas convencionais e locais. Ganha ímpeto a conscientização dos governos africanos para a necessidade do investimento nacional na agricultura. Há liderança africana crescente, apropriação, vontade, compromisso e compreensão de que o destino está nas suas mãos. A Investigação Agrícola para o Desenvolvimento (AR4D) já incorporou a produtividade assim como o acréscimo de valores nos planos nacionais. Há necessidade urgente dos governos adoptarem a agenda científica que constituirá a base para a aplicação científica ao aumento da produtividade para níveis que darão mais garantias à vida das pessoas.

17. A S3A abarca a produtividade sustentada como um dos principais sistemas de cultivo, mecanização agrícola, sistemas alimentares e valor acrescentado, tratamento pós-colheita, processamento, segurança e armazenamento de alimentos, biodiversidade, gestão de recursos naturais e resposta às mega tendências e temas transversais.

18. O capital humano é um factor estratégico crucial para a transformação agrícola à medida que vão surgindo novas tecnologias, os mercados exigem maiores qualidades e melhores produtos e os consumidores requerem qualidade e alargamento do prazo de entrega. A educação e formação no sector devem adaptar-se às necessidades actuais da AR4D e demandas do mercado em cadeias de valor. As principais realizações que já tiveram lugar no domínio da adopção da ciência e as aplicações tecnológicas ocorridas nas décadas passadas são as seguintes:

- i) Aumento de 40% do Investimento do sector público na AR4D, durante a década passada, em alguns países.
- ii) Ciência e tecnologia estão a contribuir para o aumento da produtividade de alimentos básicos, diversificação para colheitas de maior valor bem como para ‘tornar verde’ as áreas áridas.
- iii) Há uma clara visão e estratégia favoráveis à ciência e tecnologia ao nível da Comissão da União Africana.

- iv) Constata-se mais abertura dos investigadores e dos sistemas nacionais de investigação agrícola (NARS) no reconhecimento do papel dos agricultores na geração de conhecimentos e decisão.
- v) O número de investigadores capazes aumentou no continente.
- vi) Verifica-se uma melhoria substancial na capacitação educativa através da melhoria dos currícula nas instituições de ensino.

3.1.3 Produção e Utilização de Componentes

(a) Decisões e Declarações emitidas no passado pela UA

19. O estado crítico da produção, fornecimento e utilização de componentes em África e o revés que representa para o sonho acariciado de segurança alimentar continental levaram os Chefes de Estado e de Governo da União Africana a intervirem decididamente, mediante as declarações seguintes:

(i) Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para uma Revolução Verde Africana

20. Com vista a incrementar a produtividade agrícola através de intervenções políticas e do Mercado para aumentar a disponibilidade, a acessibilidade e os incentivos ao uso de fertilizantes; A Declaração consiste em 12 resoluções incluindo harmonização de políticas e regulamentos, promoção do comércio intra-regional, capacitação de mulheres e jovens, desenvolvimento de redes de agro-comerciantes, introdução de subsídios determinados, aumento de investimentos na infra-estruturas, estabelecimento de mecanismos nacionais de financiamento, criação de condições regionais de compra e distribuição, promoção da produção de fertilizantes, melhoria do acesso a componentes complementares e informação sobre o mercado, reabilitação/desenvolvimento de infra-estruturas de irrigação.

(ii) Criação do Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP)

21. Primeiramente, a Decisão da Conferência da UA de 2005 realizada em Sirte, Líbia, sobre o Perigo das Sementes Importadas para o Continente Africano solicitou a UA a criar o ASBP, o programa e o quadro continental para as sementes.

22. Depois, a Oitava Sessão Ordinária em Adis Abeba, em Janeiro de 2007, aprovou o recém-criado Programa Africano de Biotecnologia e Sementes (ASBP). O objectivo geral do programa ASBP é contribuir para o aumento da segurança alimentar e a nutrição bem como a redução da pobreza em África, mediante o estabelecimento de sistemas eficientes e eficazes de sementes e a aplicação reforçada da biotecnologia e de metodologias neste sector. O programa baseia-se num conjunto inter-relacionado de componentes, a ser implementado aos níveis nacional, regional e continental, de modo a fornecer uma abordagem estratégica conjunta com vista a resolver os

principais constrangimentos e desafios, melhorando o sector da semente em África. Como parte do plano de implementação e elemento chave da estratégia eventual de saída, A Rede Africana das Sementes (ASN) foi instruída para agir como uma instituição substitutiva da Comissão da União Africana (AUC), acolhendo o Secretariado e supervisionando a implementação do ASBP, assim marcando o início do programa.

23. Através da Decisão de Adis Abeba, os Chefes de Estado e de Governo da UA enviaram uma mensagem urgente de reconhecimento de que África está muito aquém do resto do mundo em relação à obtenção do bom nível de segurança alimentar que apoiaria o sonho continental de segurança alimentar para todos. Os Chefes de Estado e de Governo também reconheceram que a complexidade e enormidade das tarefas previstas requerem que o Continente aja em uníssono para que tenha sucesso.

(iii) Desafios e Oportunidades relativas aos componentes agrícolas

a) *Examinando cuidadosamente a Declaração de Abuja e a Situação dos Mercados de Fertilizantes em África*

24. O relatório sobre a situação no sector de fertilizantes, em seguimento à Declaração de Abuja, revela o seguinte:

- O progresso tem sido limitado e lento. Assim, na maioria dos casos, o consumo de fertilizantes permanece cerca de 13kg/ha, o que fica significativamente abaixo da meta de 50kg/ha, fixada na Declaração de Abuja;
- Há questões pendentes de política e não só aguardando solução, apesar do facto de muitos países africanos terem introduzido medidas de aperfeiçoamento das suas políticas de componentes a partir de 2006;
- Os processos de implementação continental, regional e nacional a partir de 2006 mostram que:
 - Existe algum conhecimento assimilado das lições que fornece informação aos decisores políticos.
 - As medidas e intervenções estabelecidas pela Declaração de Abuja são ainda relevantes e podem ser melhoradas.
 - Com base nos desafios do actual Mercado de fertilizantes e nas lições adquiridas, podemos melhorar as acções implementáveis na próxima década do CAADP.

b) Produção, Fornecimento e Utilização de Sementes

25. Nos primeiros esforços de elaboração do programa nacional de sementes, entre 1960 e 1980, os Governos Africanos iniciaram a produção de sementes unicamente como uma função do sector público.

26. A privatização surgiu recentemente como uma alternativa mais viável nos últimos tempos, as actividades comerciais no sector da semente, particularmente as culturas de alto valor e híbridas, passando aos poucos a serem assumidas pelo sector privado.

27. Mas, a privatização só trouxe reduzido alívio, porque sementes com perspectivas limitadas de lucro e que a vários níveis são importantes em termos de segurança alimentar, passaram para segundo plano.

28. O apoio a pequenos empreendedores de semente tem sido inadequado.

29. Para mais, a dicotomia género no acesso e uso de sementes de qualidade continua a crescer, particularmente nas zonas rurais.

30. Requer-se uma nova abordagem para fazer face aos constrangimentos que estão a impedir o acesso dos agricultores às sementes de boa qualidade. A nova abordagem deve resolver o seguinte:

- Preocupações ambientais, tecnológicas e de género;
- Melhor entrosamento entre os sectores formal e informal ligados à semente;
- Fortalecimento do sector juvenil rural no domínio da agricultura para travar o movimento rural-urbano.

3.1.4 Garantia da posse da terra

(a) Situação

31. A melhoria da garantia da posse da terra encoraja os pequenos agricultores a investir na propriedade rural e, em princípio, isso pode reduzir o custo do crédito, aumentando o uso da terra como colateral. Também encoraja maiores culturas sustentáveis, especialmente mediante práticas de gestão sustentável da terra, plantação de árvores e utilização mais responsável dos recursos hídricos. O desafio é como melhorar a garantia da posse. A abordagem clássica baseada no conceito ocidental de direitos de propriedade não tem funcionado de forma adequada, tem sido sujeita a abusos, enquanto a titulação fundiária individual tem colocado riscos de favorecimento dos homens em detrimento das mulheres. Contrariamente, alguns países africanos têm atribuído reconhecimento formal legal aos direitos consuetudinários existentes, incluindo direitos colectivos, como uma alternativa à

titulação individual. Neste contexto, em que a pressão comercial sobre a terra está a aumentar, é crucial que os países melhorem a protecção dos utilizadores das terras, assegurando-lhes a garantia da posse e priorizando os modelos de desenvolvimento que não conduzem à expulsão, mudanças conflituosas nos direitos e aumento da concentração das terras.

32. O empoderamento jurídico dos agricultores engloba três tipos diferentes de medidas incluindo os seguintes princípios: (a) protecção contra a expulsão; (b) disponibilização de condições (assistência jurídica, formação na literatura *jurídica*, paralegais) defesa legal dos direitos de propriedade; (c) apoio aos utilizadores da terra no seu uso; e (d) fortalecimento da capacidade de administração e esforços no combate à corrupção.

(b) Quadro e Orientações da Iniciativa de Política Fundiária e Declaração da UA sobre Propriedade Fundiária

33. A Iniciativa de Política Fundiária (LPI) lançada em 2006 pela CUA, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) e o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) elaborou com sucesso um Quadro e Orientações sobre a Política Fundiária em África (F&G), para facilitar o desenvolvimento e os processos de implementação da política fundiária. A F&G foi confirmada pela Declaração sobre questões fundiárias na Conferência da UA de Julho de 2009, tendo a LPI, posteriormente, promovido o diálogo, a conscientização e a formação do consenso sobre Políticas Fundiárias, para permitir aos governos africanos, partes interessadas e parceiros discutir sobre como os países podem tirar benefícios, minimizando os riscos e ameaças encontradas.

34. Os processos da LPI levaram à adopção do Plano de Acção de Nairobi que, funcionando em sinergia com o CAADP, apela para a acção urgente visando: elaborar políticas fundiárias que reduzem os riscos subjacentes aos Investimentos a Larga Escala baseados nas Terras (LSLBI), reforçando a garantia dos direitos fundiários, particularmente nos sistemas de administração tradicional da propriedade fundiária. Em Maio de 2011, os governos africanos e partes envolvidas enveredaram-se para um quadro global e concordaram na necessidade de produzir instrumentos africanos adequados que orientem os LSLBI. Durante o Fórum para o Desenvolvimento Africano (ADF-VIII), realizado em Outubro de 2012, sobre a governação e o aproveitamento dos recursos naturais, foi adoptado uma declaração de consenso, apelando para a implementação urgente do Plano de Acção de Nairobi, incluindo a adopção de princípios que fortalecem as capacidades dos estados membros na elaboração e execução dos LSLBI pertinentes.

3.1.5 Pesca Sustentável e Aquacultura

(a) Situação

35. A África tem recursos diversos de pesca, sob forma de oceanos, mares, lagos, rios, planícies alagadas bem como ecologia apropriada para a aquicultura. Estes recursos oferecem grandes oportunidades de significativa contribuição para a segurança alimentar e nutritiva do continente, bem como para o crescimento socioeconómico. Esta é a razão pela qual o Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) foi adaptado para incluir o Documento Anexo sobre a Pesca. Em 2005, os Chefes de Estado e de Governo Africanos aprovaram o Plano de Acção para o Desenvolvimento das Pescas e Aquacultura da Nova parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), em Abuja, Nigéria, no decorrer da Cimeira Peixe para Todos da UA/NEPAD. Depois, em 2006 na Cimeira de Abuja sobre Segurança Alimentar, os HSG aprovaram o peixe como um dos cinco principais produtos alimentares estratégicos (juntamente com o milho, arroz, carne de animais e mandioca) e afirmaram o seu compromisso de obter a auto-suficiência em peixe até 2015. Antes das Cimeiras de Abuja e durante a Cimeira de Sirte de Fevereiro de 2004, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram a Declaração de Sirte que instruíu a Comissão da UA no sentido de promover o desenvolvimento dos recursos da pesca, melhorar as condições de promoção da gestão pós-captura, incluindo pescas nas zonas económicas exclusivas e cooperação regional na gestão das pescas.

36. O marco principal no desenvolvimento do sector da pesca Africana teve lugar em Setembro de 2010, quando se realizou a primeira Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e Aquacultura (CAMFA), em Banjul, Gâmbia. A CAMFA foi subsequentemente aprovada pela 18ª Sessão da Conferência de Chefes de Estado da UA, em 2011, como o órgão político responsável pelas pescas, no âmbito da Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura (CAMA).

37. A fraca capacidade humana e institucional continua a ser o principal estrangimento à reforma positiva no sector das pescas e aquicultura. Isto é evidente, por exemplo, no excesso permanente da pesca e no ritmo relativamente lento do desenvolvimento da aquicultura no continente, como uma tecnologia complementar na produção do peixe há cerca de 40 anos. Contudo, o cenário africano relativo à aquicultura mudou muito nos últimos cinco anos. Em 2012, a FAO informou que nove países com o sector da aquicultura em maior crescimento estavam em África (Egipto, Uganda, Quênia, Zâmbia, Gana, Madagáscar, Tunísia, Malawi e África do Sul).

(b) Criação de Estratégias de Integração Económica Regional e Continental de Apoio ao Desenvolvimento das Pescas e Aquacultura

38. Conduzidas pela UA e as CER, estão em curso iniciativas chave de políticas e investimento em vários domínios estratégicos das pescas e aquicultura, visando promover a pesca sustentável e aquicultura em África, proporcionando grandes oportunidades de reconstruir os estoques de peixe e aumentar a produção em

aquacultura. O Quadro de Política e Estratégia de Reforma das Pescas e Aquacultura, que foi adoptado através das Resoluções Ministeriais Conjuntas de Maio de 2014, em Adis Abeba, oferece a oportunidade à África para essa transição no seu sector das pescas, a favor da sua produtividade, sustentabilidade e lucro, com opções favoráveis à gestão cooperativa regional de recursos partilhados. A Política solicita aos Estados Membros da UA a utilizarem diversas abordagens, incluindo as económicas, relativas aos ecossistemas, segurança alimentar, nutrição, bem como sociais e de bem-estar.

39. Avançando, as seguintes acções e compromissos constarão da lista de prioridades:

- Implementar estratégias lideradas pelo mercado para que se realize plenamente o potencial do sector das pescas e aquacultura de gerar riqueza e benefícios sociais;
- Conscientizar e fortalecer a capacidade dos decisores políticos e partes envolvidas quanto ao potencial e importância do sector das pescas;
- Reforçar a conservação e utilização contínua dos recursos das pescas e aquacultura;
- Implementar a governança e os acordos institucionais que garantam que a contribuição social gerada pelo sector das pescas e aquacultura tenha os maiores impactos ao nível comunitário;
- Desenvolver sustentavelmente a pesca de pequena escala de modo a aumentar a contribuição do sector para a erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutritiva e benefícios socioeconómicos das comunidades piscatórias, especialmente para as mulheres e camadas vulneráveis;
- Compromisso com a aceleração do comércio através da promoção do comércio de produtos pesqueiros de forma responsável e equitativa, a fim de tirar proveito dos recursos pesqueiros e aquícolas de África.
- Fortalecer os mecanismos inerentes de cooperação e a coordenação entre as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Organismos Regionais ligados às Pescas (RFB); e
- Elevar a “Voz Africana” no diálogo internacional sobre questões que têm implicações nas pescas em África.

3.2 Aproveitamento dos Mercados Agrícolas, Infra-estruturas e Oportunidades Comerciais

3.2.1 Situação

40. A transformação de que a agricultura africana é alvo tem que permitir aos pequenos agricultores desempenharem o seu papel no fornecimento de produtos agrícolas aos mercados nacionais e regionais e na alimentação de uma população de não produtores em rápido crescimento, aproveitando as oportunidades oferecidas pelos mercados urbanos em expansão e diversificação crescentes, bem como levarem uma vida decente.

41. Nesta agenda de transformação da agricultura, maior desenvolvimento dos mercados e do comércio de componentes e produção agrícolas continuará a desempenhar um papel decisivo, porque é essencialmente através dos mercados que os produtores agrícolas ganharão maior acesso aos componentes para o fortalecimento da produtividade e equipamentos; que agricultores e transformadores de agro-alimentares terão mais oportunidades de lucrar com os seus produtos; que investidores, incluindo agricultores, verão oportunidades de investir em capacidades adicionais de produção, transformação e mercado.

42. Potencialmente, o fortalecimento da integração regional levará ao aumento dos rendimentos dos agricultores, à criação de empregos à volta de cadeias de valor agro-alimentar e à garantia do fluxo intra-africano de provisão alimentar para onde exista uma demanda insatisfeita pela produção local. Agricultores e comerciantes de produtos agrícolas enfrentam constrangimentos no acesso aos mercados internos por várias razões, incluindo lacunas consideráveis na infra-estruturação rural necessária, que mina a sua competitividade global. Além disso, áreas geográficas de atracção do mercado estão fragmentadas por barreiras políticas e não políticas ao comércio bem como por lacunas infra-estruturais afins ao longo das fronteiras nacionais e das Comunidades Económicas Regionais (CER).

43. Maior dinâmica nos mercados internos e regionais proporcionará alimentos de base mais económicos e maior diversidade de produtos alimentares, disponibilidade estabilizada de produtos e preços aos consumidores e melhor diversificação da dieta e da nutrição.

44. Aprofundando as lições colhidas nos últimos dez anos, vai-se concluindo que o quadro CAADP pode, na verdade, ser um instrumento valioso, contribuindo para a Agenda de transformação Africana, através da construção de mercados regionais, e impulsionando o comércio regional mediante: identificação de reformas políticas relevantes e investimentos necessários; correcta melhoria dos laços entre as instituições ligadas à agricultura e ao comércio, a diferentes níveis (nacional, regional e continental); criação de competência; mobilização de recursos públicos e privados e

promoção da harmonia e coordenação do apoio dos parceiros de desenvolvimento, conseqüentemente.

45. A fim de aproveitar as oportunidades do mercado intra-africano em crescimento rápido, a agricultura africana deve sofrer uma transformação estrutural que implica a mudança de sistemas de produção altamente diversificados e com carácter de subsistência para outros mais consentâneos com os mercados. Esforços devem ser empreendidos para a solução dos problemas de capacitação inadequada, baixa produtividade e competitividade do sector. Esses esforços devem-se concentrar nos principais obstáculos.

46. Primeiro, devem ajudar a suprir as fracas ligações decorrentes do retraimento dos agricultores africanos em relação aos mercados de componentes agrícolas e impulsionar para os mercados de produtos continentais, que cada vez mais exigem alimentos e produtos agrícolas transformados, convenientes e de qualidade. Em segundo lugar, resolver o alto nível de fragmentação do mercado agrícola africano ao longo das fronteiras nacionais e entre os mais de uma dúzia – frequentemente sobrepondo-se – de agrupamentos sub-regionais. Este panorama não prevê os níveis requeridos pelas economias de escala, economias de coordenação vertical, transacções e economias de diversificação e especialização complementar.

3.2.2 Infra-estrutura

47. O desenvolvimento da infra-estrutura é essencial para a transformação agrícola e o crescimento económico geral. Contudo, o desenvolvimento da infra-estrutura rural em África é altamente inadequado. A percentagem de acesso ao transporte rural na África Sub-Sahariana ronda os 40%, enquanto os custos de transporte correspondem a 76% do total das despesas do mercado agrícola. Como resultado, os agricultores enfrentam enormes constrangimentos para acederem ao mercado interno (nacional e regional).

48. Em 2012/2013, a CUA realizou estudos regionais de avaliação da situação do desenvolvimento das infra-estruturas em África. Um dos resultados foi a recolha de um conjunto de informações e dados que determinaram a situação do desenvolvimento da infra-estrutura nas cinco Regiões do Continente. O estudo registou que o desenvolvimento agrícola recente centra-se na energia (40%), água e saneamento (21%), transporte (18%), cadeias de valor agrícola/infra-estrutura de mercado variando no seio das regiões e entre elas e permanecendo inadequadas, bem como estradas de ligação rural pobres, constituindo o principal constrangimento, dificultando o acesso ao mercado e a competitividade intra-africana relativamente às importações. Esta conclusão, assim, constitui uma boa base para acções futuras visando a solução das carências infra-estruturais nos mercados e comércio africanos.

3.2.3 Comércio Intra-Africano e internacional

49. Apesar do crescimento impressionante do PIB experimentado nos últimos anos, África continua a ser um actor marginal no comércio mundial. A parte continental nas exportações mundiais (2,8% em média) e as importações desceram significativamente de 1970-2010. Além de perder nos mercados globais, comercializa relativamente pouco internamente. O comércio oficial intra-africano foi exactamente 11% do total continental em 2012, comparado com os 54% da Ásia em desenvolvimento; 32% da América desenvolvida e 66% da Europa. O desempenho do comércio intra-africano é ainda fraco, mesmo quando as estimativas afins se duplicam para incorporar o fluxo comercial informal não registado.

50. O fraco desempenho do comércio intra-africano causa preocupação especial, porque em face de abundantes recursos naturais pertinentes inexplorados (e.g. terras e água) para a agricultura, o continente depende, em percentagem de 87% a 90%, de fontes extra-africanas no que diz respeito a todas as importações de alimento e produtos agrícolas. Consequentemente, a África tem tido facturas de importação de alimentos e agricultura à média de 69,5 mil milhões de dólares americanos de 2010-2012, com um aumento anual de 15% mais rápido do que o comércio intra-Africano (12%), para atingir os 78 mil milhões de dólares americanos, em 2012.

51. Os principais constrangimentos no mercado e comércio alimentar nacional e regional incluem: alto custo do transporte, resultante da pobreza infra-estrutural e de políticas inadequadas de transporte; Perdas pós-colheitas significativas, devido a fracas condições de armazenamento; políticas e regimes pouco claros/imprevisíveis; implementação ineficaz de acordos comerciais regionais; falta de harmonização de regras e regulamentos; procedimentos aduaneiros e transfronteiriços restritivos; fraca informação das partes interessadas sobre os mercados, políticas e regulamentos; e acesso limitado ao financiamento eficiente e económico de cadeias de valor e comércio.

52. Fazer face a estes constrangimentos exige enfrentar duas grandes categorias de desafios: (i) priorizar e resolver o défice no mercado de materiais e imateriais bem como de infra-estruturas comerciais, e (ii) combater as deficiências em termos de políticas e institucionais para reforçar a integração do mercado intra e inter-regional e a facilitação do comércio. Além disso, há o desafio de ligar a agricultura, a industrialização e a política comercial aos processos de planeamento do investimento. Vencer a informalidade no comércio alimentar e agrícola intra-africano é o maior desafio no percurso. A cooperação regional, a desenvolver cadeias de valor coordenadas regionalmente e a impulsionar o desenvolvimento de cadeias de valor e do comércio intra-regional em produtos alimentares estratégicos, traria uma ajuda neste contexto.

3.2.4 A Agenda de Transformação dos mercados, infra-estruturas e comércio Agrícola Africanos– oportunidades e perspectivas

a) Conseguir cada vez mais oportunidades de Mercado intra-africano

53. O Mercado alimentar e agrícola africano vem crescendo rapidamente. Alimentado pelo forte crescimento populacional (cerca de 3% ao ano) e o aumento recente do rendimento (cerca de 5% ao ano), este Mercado está actualmente estimado em mil milhões de pessoas, incluindo 123 milhões de consumidores da 'classe média' com níveis de despesas diárias per capita de 4-20 dólares americanos. Além disso, a urbanização acelerada (ao ritmo anual de 5%) contribui para a expansão ainda mais rápida da demanda de alimentos, tendo o Banco Mundial projectado que os mercados alimentares urbanos em África quadrupliquem e excedam os 400 mil milhões de dólares americanos até 2030.

54. África tem tudo o que necessita para satisfazer esta demanda em rápido crescimento e até ir mais longe. O continente ainda possui terra abundante apropriada para a agricultura, podendo ser explorada num quadro de diversidade agro-ecológica das regiões. O continente não carece de água para a agricultura, sendo que só 4% dos recursos hídricos disponíveis é utilizado, enquanto somente 6% das terras aráveis é irrigado. As tecnologias disponíveis (convencionais e novas) abundam, permitindo aumentar a produtividade significativamente não só ao nível agrário, mas também ao longo das várias fases das cadeias de valor. Por outro lado, uma população numerosa cada vez mais educada, incluindo mulheres, está puramente ávida de envolver-se no empreendimento inovador e lucrativo e no emprego. Também, como se viu previamente, África tem estado cada vez mais a importar do exterior para satisfazer as suas necessidades. As oportunidades perdidas e os custos crescentes desta situação lamentável associam-se, essencialmente, à fraca vinculação dos agricultores africanos com os seus mercados nacionais e regionais por um lado, e por outro, à fraca integração dos mercados alimentares e agrícolas intra-africanos. A agenda de transformação agrícola africana deve objectivar audazmente ganhar as oportunidades comerciais nos domínios da alimentação e agricultura intra-africanas, melhorando as iniciativas existentes e apoiando a integração regional e a promoção do comércio regional e continental.

b) Melhorar as Estratégias de Integração Económica Continental e Regional para Apoiar a Transformação Agrícola

55. Conduzidas pela UA e as CER, políticas e iniciativas de investimento chave estão em curso em várias regiões estratégicas, visando promover o desenvolvimento do comércio e dos mercados favoráveis aos produtos agrícolas em África, assim, procurando proporcionar fortes oportunidades de melhoria enquanto ainda se enfrentam desafios fundamentais na senda da liberalização comercial, facilitação e integração do mercado regional africano.

c) Abordagens continentais

56. Em complemento às iniciativas e aos processos levados a cabo pelas CER para o estabelecimento das zonas regionais de comércio livre, uniões aduaneiras e mercados comuns, a 18a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA lançou uma outra iniciativa para "Incrementar o Comércio Intra-Africano" (BIAT) e apelou para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental (CFTA) até 2017. Neste contexto, a primeira conferência conjunta dos Ministros da UA do comércio e agricultura, realizada em Dezembro de 2012, adoptou uma declaração conjunta salientando a necessidade de trabalhar aos níveis nacional, regional e continental para remover os obstáculos ao comércio intra-regional de produtos agrícolas. A agenda para o rumo a seguir deve passar em revista as realizações e lições das estratégias e iniciativas regionais e continentais, visando objectivos claros no reforço das infra-estruturas, mercados e comércio para a transformação estrutural da agricultura em África.

3.3 Segurança Alimentar e Nutricional

3.3.1 Situação

57. A segurança alimentar é fundamental para a paz e prosperidade das comunidades e nações. A alimentação é um direito humano universal. A boa nutrição ao longo do ciclo de vida é fundamental para a saúde e produtividade das nações e dos cidadãos. Soluções sustentáveis contra a insegurança alimentar residem na construção de uma vida sustentável. O acesso à alimentação é assegurado através da produção e dos rendimentos para a aquisição dos alimentos e outros bens essenciais. Contudo, aumentar a produção alimentar e os rendimentos é fundamental mas não suficiente na determinação da segurança alimentar e da boa nutrição.

3.3.2 Desafios e oportunidades

58. Consultas vastas realizadas no Continente na elaboração do Quadro para a Segurança Alimentar Africana do CAADP identificaram quatro causas fundamentais da insegurança alimentar e subnutrição em África. Essas causas são a existência de:

- Mecanismos inadequados de resposta de emergência e sistemas de advertência precoce;
- Fornecimento inadequado de alimento acessível e fraco acesso a tais alimentos;
- Rendimentos inadequados das populações mais pobres e necessitadas;
- Regime alimentar inadequado em termos de qualidade e quantidade.

59. Além disso, dietas a mudar rapidamente (a transição nutritiva aumentam a incidência de doenças ligadas ao estilo de vida (obesidade, hipertensão e diabetes).

60. Numerosos programas em vários sectores têm sido implementados como parte dos planos nacionais de investimento – especialmente a crise no preço alimentar mundial após 2008 – mas não são eficientes devido à descoordenação, falta de coordenação institucional e fracos sistemas de monitorização e avaliação.

61. A falta de envolvimento dos beneficiários e das populações alvo dessas políticas e programas que visam melhorar a situação da segurança alimentar e nutricional das comunidades, famílias e indivíduos em África significa que os investimentos não são eficazes e efectivas para a obtenção dos Objectivos do CAADP. A falta de projectos inclusivos e consultas significa que as políticas e programas também não tomaram em conta as necessidades singulares e específicas que careciam de mais apoio neste domínio. Embora as mulheres sejam os principais produtores alimentares no continente, as normas e práticas sociais ligadas ao género limitam o acesso seguro aos direitos de posse, expansão de oportunidades, acesso às tecnologias, componentes e crédito. Há necessidade urgente de tratar a questão da desigualdade do género. Um novo desafio que ultimamente tem estado a ameaçar o continente seriamente é a questão da segurança alimentar, porque várias fontes de contaminação passaram a incidir persistentemente.

62. Algumas oportunidades estratégicas de acção existem e são:

- Os ganhos significativos, que surgiram ao colocar a nutrição na agenda dos decisores em 2013, constituirão um impulso no tratamento das necessidades críticas das crianças pequenas;
- O aumento da produção em muitas regiões resultante dos progressos da agenda CAADP em África;
- Uma população juvenil empolgante, geralmente melhor educada e socialmente em rede através das TIC, que constitui capacidade humana significativa para o sector agrícola;
- Maior apropriação da agenda de desenvolvimento da África pela liderança nacional, equipas nacionais do CAADP, nós SAKSS, organizações de agricultores e interesse renovado dos Parceiros de Desenvolvimento;
- Aprendizagem das histórias de sucesso e actividades modelo;
- Uma classe média africana rapidamente crescendo, os consumidores adquirindo maior discernimento; assim requerendo alimentação nutritiva com mais garantias, os alimentos nutritivos saudáveis aumentaram, incluso no seio das camadas mais pobres.

3.4 Fortalecimento da Resiliência da Agricultura Africana à Alteração Climática e outras Catástrofes Naturais e Gestão de Riscos

3.4.1 Situação

63. A alteração climática e outras catástrofes naturais são crescentemente reconhecidas como um desafio ao desenvolvimento, particularmente em África onde problemas persistentes de pobreza e degradação ambiental já dificultam esse desenvolvimento. Dependendo da vulnerabilidade do Sistema de produção agrícola, será afectado a vários níveis por calamidades ligadas ao clima que variam de intensidade e frequência. Gerir a complexidade das interacções reais do mundo entre a agricultura, a alteração climática, o risco de redução e a construção da resiliência requererá respostas complexas, apropriadas ao contexto e à capacidade de combater inevitáveis desequilíbrios.

64. Há necessidade de mudanças políticas deliberadas e sistemáticas com o fim de apoiar, reforçar e fortalecer a eficácia das diversas soluções institucionais e técnicas, fazendo face aos efeitos adversos da alteração climática. Alcançar resultados efectivos e equitativos requererá a adaptação de inovações na produção agrícola, apoiada por ética ambiental apropriada, tendo forte respaldo político para encorajar e reforçar os processos sociais que formam a resistência, reduzem os riscos e ameaças e aumentam o fluxo do conhecimento e informação. É importante recordar que as calamidades ligadas ao clima e acontecimentos de um tempo adverso podem precipitar não só como resultado do aquecimento global, mas também devido à destruição ambiental provocada pelo homem e descapitalização.

65. Neste contexto, a aceleração da implementação da Estratégia Regional Africana para a Redução do risco de Catástrofes e seu Programa de Acção, em harmonia com o Quadro da Acção de Hyogo e outras políticas, estratégias, planos e programas de suporte à mitigação da alteração climática e adaptação, bem como abordando outras práticas destrutivas do ambiente e do ecossistema, é de extrema importância para a construção da resiliência e a redução do risco de catástrofes. É necessário formular e implementar nova política, quadros jurídicos e criar bases institucionais mais fortes bem como outros mecanismos e capacidades em funcionamento para preencher as lacunas existentes. Apoiar a integração da adaptação à alteração climática e dos programas de redução de riscos e integrar tanto nos planos e programas nacionais e sectoriais, incluindo os NAIP e RAIP, como se salienta no Programa de Acção, bem como reforçar e acelerar as iniciativas em curso de construção da resiliência são acções também essenciais para elevar a capacidade de adaptação e construção da resistência do sector agrícola em geral e das comunidades vulneráveis em particular.

66. Há necessidade de dar prioridade à construção da resiliência na contribuição de África para o Quadro para a Redução do Risco de Catástrofe, Agenda de Desenvolvimento Sustentável e Acordo Climático para a facilitação da harmonização dos quadros globais e a criação do compromisso de garantir a coordenação e sinergias

durante sua implementação, apoiando entre outros a construção da resistência e esforços de redução do risco aos níveis continental, regional, nacional, e sub-nacional.

67. Os programas de reforço da resistência e redução de riscos devem dar prioridade aos mais vulneráveis, mulheres, crianças, jovens e portadores de deficiência, entre os grupos alvos identificados, e atenção pertinente à formação de quadros e questões de distribuição e melhoramento do conhecimento local e da investigação e tecnologias emergentes.

3.4.2 Desafios e oportunidades

68. Existe um amplo quadro de reforço da resiliência e iniciativas de redução de riscos apoiado por estratégias continentais e regionais tais como a estratégia Regional Africana de Redução do Risco de Catástrofes e o Programa de Acção e harmonização com o Quadro Global, o Quadro de Acção de Hyogo e a Iniciativa Calamidades da Seca e Sustentabilidade da Autoridade Intergovernamental sobre o Desenvolvimento (IDDRSI). Sendo que, por um lado, esse facto levou a realizações substanciais chave em torno do reforço da resiliência e gestão de riscos, incluindo a acumulação de experiências e aprendizagens, por outro, muitos desafios ainda persistem, carecendo de solução urgente, para assegurar a resistência da agricultura à alteração climática e outras catástrofes, a dinâmica presente e a realização da visão transformadora. Os principais desafios que dificultam o reforço dessa resistência e os esforços de redução dos riscos são: diversos graus de progressos na concretização das políticas, estratégias, quadros, planos e programas relevantes existentes; esforços e investimentos inadequados no combate aos factores de risco existentes; progresso lento na integração da adaptação à alteração climática e aos programas de gestão e integração tanto nos planos nacionais como sectoriais, incluindo os Planos Nacionais e regionais de Investimento Agrícola (NAIP e RAIP); disponibilidade e acesso limitados à informação sobre alteração climática e outros riscos relacionados com catástrofes, perdas e danos associados; atenção inadequada a abordagens inclusivas e de participação; mecanismos inadequados de capacitação e responsabilização; e prevalência de abordagens baseadas em silos.

3.5 Fortalecimento da Parceria no Sector Público-Privado e Financiamento do Investimento na Agricultura Africana

3.5.1 Antecedentes

69. O investimento e o financiamento no sector público - privado é fundamental para se alcançar os objectivos da transformação agrícola em África. Ao mesmo tempo, o investimento e o financiamento no sector público é central para equilibrar o do sector privado na agricultura. As provas também mostram que transformar a agricultura em África através do crescimento robusto e inclusivo depende do nível de investimento e financiamento. Por outro lado, é evidente que o investimento público na agricultura tem um grande impacto na redução da pobreza.

70. O investimento na situação dos pequenos agricultores poderia ser a melhor forma de criar e expandir as oportunidades de emprego e criar riqueza ao nível das massas, gerando demanda de bens e serviços que criam uma maior base do emprego e rendimento nas zonas rurais. As propriedades dos pequenos agricultores geralmente proporcionam melhores rendimentos dos investimentos (em comparação com as grandes, devido à margem decrescente de rendimento). As fazendas familiares são reconhecidas como tendo a capacidade de maximizar a utilização da mão de obra: proporcionam as melhores oportunidades de absorção crescente da mão de obra. Dada a importância das propriedades dos pequenos agricultores encontram-se no centro do desempenho agrícola actual em África, parece ter-se construído o consenso sobre como criar as relações inclusivas entre os pequenos e os grandes agricultores no âmbito comercial-viáveis para que ambos possam beneficiar mutuamente, os pequenos potencialmente estando no centro para a efectiva redução da pobreza e a garantia da segurança alimentar.

3.5.2 Os Sistemas Financeiros Africanos e o Financiamento da Agricultura

71. Os sistemas de financiamento em África podem ser classificados em dois tipos, (i) público e (ii) privado.

(a) Sistema Privado de financiamento da Agricultura

72. O sistema privado de financiamento agrícola na maioria dos países africanos mantém-se em pobre estado de desenvolvimento relativamente a outras regiões, somente 24% da população adulta com contas bancárias em instituições financeiras oficiais, o que é metade da média global. Os bancos e outras instituições de depósito, tais como cooperativas, dominam o sistema financeiro na maior parte dos países africanos, quando as Instituições reguladas de Microfinanças (MFIs) desempenham cada vez mais uma função no acesso, em expansão, aos serviços financeiros pelos segmentos populacionais de baixo rendimento.

73. Uma nota positiva é que os últimos anos testemunharam o surgimento e a rápida expansão de grupos e companhias de serviços financeiros Pan-Africanos na região, os quais têm beneficiado de depósitos nacionais significativos. Este facto levou ao aumento da concorrência local simultaneamente introduzindo novas tecnologias, produtos e técnicas de gestão. O dinheiro móvel e outros produtos das TIC cada vez mais têm um papel importante no crescimento do acesso aos serviços financeiros em África, onde se informa que 16% dos adultos usam telefones móveis para pagar as suas contas ou enviar e receber dinheiro, comparativamente à média mundial inferior a 5%. Contudo, a maioria da população da região está arredada do sistema financeiro formal.

(b) Sistema público de financiamento agrícola

74. Através da Declaração de Maputo de 2003, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana lançaram o CAADP e comprometeram-se a investir pelo menos 10% das suas despesas anuais totais à agricultura. De 2003 – 2010, o montante de Despesas Públicas para a Agricultura (PAE) em África no geral aumentou à média de cerca de 0,39 mil milhões de dólares americanos por país, em 2003, para 0,66 mil milhões de dólares EUA, em 2010. Embora este aumento percentual à média de 7,4 % pareça impressionante, foi, no entanto, inferior ao crescimento médio anual das despesas totais no valor de 8,5 %. Isto sugere que em África, no geral, a parte correspondente às PAE nas despesas totais governamentais diminuiu ao longo do período. Desde 2003, só 11 países ultrapassaram a meta dos 10 % do CAADP em um ou outro ano e somente sete o fizeram durante vários anos.

3.5.3 Desafios e Oportunidades**(a) Desafios no financiamento da Agricultura em África**

75. Alguns desafios caracterizam o financiamento da agricultura em África. Podem ser resumidos como segue: (i) empréstimo institucional limitado à agricultura; (ii) infra-estrutura rural inadequada; (iii) riscos associados à variação do tempo e alteração climática; (iv) capacidades das propriedades dos pequenos agricultores, juventude e mulheres para acederem e utilizarem o crédito; e (v) questões ligadas à posse da terra.

(b) Empréstimos Institucionais à Agricultura Limitados

76. O financiamento da agricultura tem sido o foco central dos programas de apoio público e privado em África. Nos anos 1960 e 1970, os governos africanos encetaram uma abordagem proactiva através dos bancos estatais para o desenvolvimento agrícola, empréstimo directo e atribuição alargada de subsídios e financiamento à agricultura. A falta de resultados deu lugar a abordagens baseadas no Mercado a partir dos anos 1980. O acento no desenvolvimento de mercados financeiros, que deviam encontrar formas de apoiar eficazmente os agricultores, abriu portas às iniciativas de microfinanças. Contudo, apesar de algum sucesso notório, a situação actual na maioria dos países é que o empréstimo à agricultura, como parte do empréstimo total, é muito insignificante. As terras dos pequenos agricultores africanos, em particular, continuam a ter acesso inadequado ao crédito sazonal e praticamente nenhum acesso ao crédito ao investimento. O pagamento de serviços, meios de poupanças e seguros também não existem para a maioria dos agricultores e agro-comerciantes.

(c) Riscos do empréstimo devido à variabilidade na produção e nos rendimentos agrícolas

77. Os agricultores trabalham num ambiente económico muito incerto com elevada volatilidade de preços. Devido à natureza altamente sazonal da agricultura alimentada pelas chuvas, os agricultores têm maiores despesas de investimento nas estações de

plantação comparativamente a outras épocas do ano, assim criando um modelo de alta demanda de crédito nas estações de plantaço. Esta demanda não pode ser adequadamente satisfeita; especialmente quando oportuno e os altos riscos co-variantes (variações bruscas do tempo, pragas, preços de produtos e mercados flutuantes e frequentemente imprevisíveis etc.) exacerbam os desafios colocados à agricultura, especialmente aos pequenos proprietários fundiários. O risco, portanto permanece uma das principais barreiras ao investimento na agricultura.

(d) Género e Agricultura entre os Pequenos Proprietários

78. Normas e costumes sociais tendem a discriminar mulheres quando se trata de propriedade e controlo de recursos fundiários. Contudo, as mulheres continuam a ser as principais utilizadoras das terras agrícolas na maioria das comunidades africanas. As intervenções de desenvolvimento, visando a promoção da extensão dos serviços, formação profissional, melhor informação, mais fertilizantes, melhor maquinaria etc., improvavelmente poderão atingir plenamente os seus objectivos, a não ser que mulheres e homens sejam colocados em pé de igualdade.

(e) Questões de Posse da Terra e Investimento na Agricultura em Larga Escala

79. Fortalecer os direitos de propriedade dos pobres rurais conduz ao aumento do investimento e contribui para o crescimento económico e desenvolvimento mais equitativo. É também essencial para garantir que o investimento a larga escala promova o desenvolvimento sustentável inclusivo e as modalidades correctas de direito de investimento. Mas as questões de administração que mais interessam aos recém chegados à agricultura são: melhor garantia da posse; diminuição do controlo de arrendamentos; redistribuição das terras e descentralização da administração.

(f) Emprego Juvenil e Empréstimo Agrícola

80. O fraco interesse na agricultura por grande parte da juventude em África é ainda exacerbado pelas oportunidades limitadas de empréstimo aos jovens para investimento nas empresas agrícolas. Assim, uma vez que maior parte dos jovens tem pouca experiência ou experiência colateral pouco útil relativamente aos serviços financeiros, os instrumentos financeiros inovadores apresentam um alto potencial de atracção e financiamento de empreendimentos juvenis na agricultura, na próxima década.

(g) Oportunidades de financiamento da agricultura em África

81. Atrair o financiamento público e privado requererá um agro-negócio que seja rentável e tenha a capacidade de gerar os melhores lucros para qualquer investimento, seja privado ou público. Existe algumas oportunidades actuais de atracção do financiamento público ou privado na agricultura.

(h) Previsões Agrícolas Positivas

82. Na África, a agricultura e o agro-negócio em conjunto estão projectados para corresponder a uma indústria que ascende a 1 trilhão de dólares americanos até 2030, contrariamente às previsões de 313 mil milhões de 2010.

(i) Interesse Nacional, Regional e Internacional Crescentes na Agricultura Africana

83. Regista-se um interesse crescente em África, e não só, pelo investimento agrícola. Por exemplo, há alguns investimentos nacionais, regionais e mundiais neste sector e no agro-negócio, que estão a chamar a maior atenção necessária para as oportunidades existentes nesses sectores e a estimular promessas dos tão necessários recursos públicos e privados, catalisadores para a agricultura africana.

84. Os acontecimentos recentes verificados no seio da comunidade mundial e doadora indicam ainda que a agricultura ganhou um dinamismo que se traduziu em algum retrocesso nas tendências prévias para a redução da ODA concernente à agricultura. Alguns dos exemplos incluem os compromissos do G8 correspondente a 22 mil milhões de dólares americanos, anunciados em L'Aquila, Itália, em 2009 de oferecer recursos para, entre outros, países que reuniram os critérios estabelecidos no CAADP e principalmente para a implementação dos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura e Segurança Alimentar.

(j) Serviços Financeiros Móveis e Inovações das TIC nas Prestações Financeiras

85. O uso de serviços financeiros móveis em África podia servir de plataforma para a transformação agrícola, se fosse adaptado a todos os sectores e principalmente à agricultura. Como já se mencionou, o mercado de serviços financeiros em África é significativo e ainda está grandemente inexplorado.

(k) Novas abordagens para colaterais

86. Novas abordagens vêm surgindo, combinando o acesso ao crédito com o seguro e colaterais. Contudo, permanecem muitos obstáculos, impedindo que as iniciativas pontuais cheguem à maioria dos produtores. A ausência de uma política clara de financiamento da agricultura - distinta dos subsídios ad hoc para fertilizantes - e acções episódicas de desenvolvimento da ajuda são as duas principais barreiras contra o crescimento, i.e. formação de instituições sustentáveis e serviços técnicos e financeiros adaptados para apoiar a diversidade do sector agrícola no seu todo.

IV. VISANDO O ESTABELECIMENTO DE UMA AGENDA PARA OS OBJECTIVOS DO CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÃO ACELERADA DA AGRICULTURA AFRICANA (3AGTGS) 2025

4.1 Objectivos e Compromissos Propostos

87. A comemoração de 2014 como o Ano da Segurança Agrícola e Alimentar, marcando o 10º aniversário da adopção do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP) tem constituído uma oportunidade valiosa para bem posicionar a África, já que descreve o curso do desenvolvimento agrícola e rural nos próximos dez anos. Os resultados desse processo constituíram uma vasta gama de conhecimentos que formam uma base sólida sobre a qual os objectivos, acções e metas mencionados neste documento de síntese se fundamentaram.

88. Em especial, a Conferência conjunta da UA dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquacultura discutiu questões críticas e adoptou algumas Resoluções sobre:

1. A aceleração do crescimento inclusivo da produção e produtividade agrícolas;
2. O aproveitamento de mercados e oportunidades comerciais para a transformação e prosperidade partilhada;
3. A obtenção dos objectivos da segurança alimentar e nutritiva;
4. O fortalecimento da resiliência da agricultura africana à alteração climática e outros tipos de catástrofes;
5. O reforço da parceria público-privada e o financiamento do investimento na agricultura em África;
6. O aproveitamento das potencialidades dos recursos das pescas e aquacultura;
7. A sustentação do Quadro de Resultados da Dinâmica do CAADP.

89. Os Ministros também identificaram sete áreas prioritárias de compromissos para impulsionar os Objectivos do Crescimento e da Transformação acelerada da Agricultura Africana, a serem alcançados até 2025 (3AGTGs 2025) e submetidas à consideração da Conferência da UA de Junho de 2014.

90. As acções propostas e as metas para os objectivos são:

1. Reafirmação do compromisso com os Princípios e Valores do Processo CAADP;
2. Reiteração do compromisso em relação à afectação de pelo menos 10% das despesas públicas à agricultura;

3. Compromisso para a Tolerância Zero à Fome mediante (i) pelo menos a duplicação da produtividade agrícola, focalizando nos componentes, irrigação e mecanização; (ii) redução das Perdas Pós-Colheitas (PHL) em metade, pelo menos e (iii) Melhoria da Nutrição – reduzir o crescimento retardado para metade;
4. Compromisso de reduzir a pobreza ligada à agricultura para metade mediante: (i) crescimento anual sustentado do sector no PIB agrícola de pelo menos 6%; (ii) estabelecimento e/ou fortalecimento da parceria inclusiva público-privada com ao menos cinco (5) cadeias de valor de produtos agrícolas prioritários; e (iii) criação de oportunidades de emprego para ao menos 30% dos jovens nas cadeias de valor agrícola;
5. Determinação de triplicar os produtos e serviços do Comércio Intra-Africano na Agricultura;
6. Decisão de assegurar que pelo menos 30% das propriedades de famílias/pastores se tornem resistentes aos choques;
7. Compromisso com o Quadro de Resultados do CAADP e com um Processo de Revisão na Agricultura a ser realizado de dois em dois anos.

4.2 Implementação, Monitorização e Avaliação para Resultados e Impactos

91. A implementação das acções contidas nesta síntese será monitorizada através da utilização do Quadro de Resultados do CAADP, elaborado como parte do exercício de Apoio à Dinâmica do CAADP. O Quadro de Resultados compreende três níveis:

- **O Nível 1** apresenta o objectivo desejado de atingir o alto nível de desenvolvimento que contribua para as intervenções agrícolas, incluindo a criação de riquezas, redução da pobreza, melhoria da segurança alimentar e nutricional, criação de emprego e resistência crescente dos indivíduos e comunidades aos vários choques.
- **O Nível 2** apresenta as áreas centrais de intervenção para a transformação da agricultura, aumentando a produção e a produtividade agrícolas; criando mercados agrícolas funcionais a acesso crescente aos mesmos, especialmente pelos pequenos agricultores; aumentando o investimento na agricultura, focalizando na prioridade das cadeias de valor; elevando o acesso ao alimento e melhorando a nutrição e implementando redes de segurança para os vulneráveis, especialmente mulheres e crianças. Os cinco subtemas do documento síntese baseiam-se no nível dois de acções do quadro de resultados do CAADP.

- **O Nível 3** apresenta as acções transversais requeridas para a criação de um ambiente que conduza à transformação, incluindo a elaboração de políticas inclusivas e estratégias comprovadas; criação de instituições responsáveis e fortalecimento de suas capacidades de prestar serviços; melhoria da governança do sector fortalecendo a coordenação multisectorial; e aumento do acesso a dados de qualidade, informação e conhecimento para apoiar a decisão política, o diálogo, as revisões sectoriais conjuntas dos sectores e a prestação mútua de contas.

92. Para cada acção inscrita no quadro de resultados, foram elaborados os indicadores bem como as metas de médio e longo prazo em relação aos quais serão medidos os progressos. O Quadro de resultados foi formado com base numa série de consultas e contribuições de diversos *fora*, incluindo a 10ª Reunião da Plataforma de Parceria do CAADP, realizada em Durban, em Março de 2014.

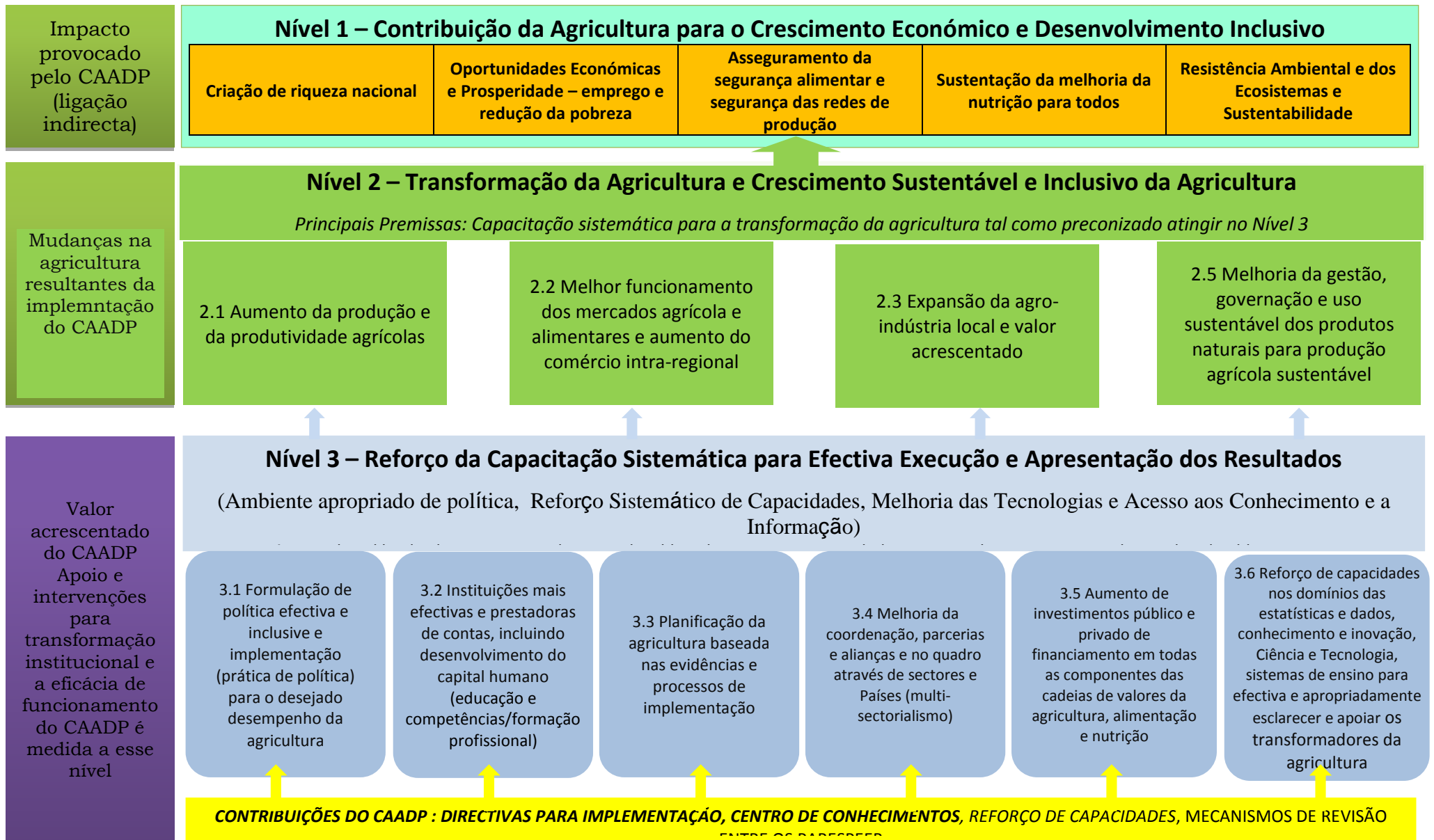
93. Na implementação ao nível de país, a CUA e a NPCA, trabalhando com as comunidades económicas regionais, ajudarão os Estados membros a personalizar o quadro de resultados, adaptando-o às suas necessidades de registo da execução dos seus planos nacionais de investimento agrícola (NAIPs). Contudo, será importante assegurar que todos os indicadores fundamentais do quadro sejam considerados e seguidos por todos os Estados Membros para facilitar a avaliação do progresso na implementação do CAADP em todo o continente, a responsabilidade mútua e também permitir uma comparação de desempenhos entre os diferentes países. Ao nível de país, os resultados do quadro serão utilizados para apoiar o plano anual e as revisões conjuntas do sector. Os SAKSS de países que estão sendo estabelecidos apoiarão esses países no rastreio da implementação dos NAIPs que estão a utilizar o Quadro de Resultados.

SC12579

Assembly/AU/2(XXIII)
Anexo

QUADRO DOS RESULTADOS DO CAADP 2014-2024

TABELA 2: QUADRO DOS RESULTADOS DO CAADP 2014-2024



Impacto provocado pelo CAADP (ligação indirecta)

Mudanças na agricultura resultantes da implementação do CAADP

Valor acrescentado do CAADP Apoio e intervenções para transformação institucional e a eficácia de funcionamento do CAADP é medida a esse nível

2014-06-27

Synthesis Paper on the Theme of Agriculture and Food Security “Transforming Africa’s Agriculture for Shared Prosperity and Improved Livelihoods through Harnessing Opportunities for Inclusive Growth and Sustainable Development”

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9040>

Downloaded from African Union Common Repository